

QUEBRANDO O SILÊNCIO:
MEMÓRIA, CIDADANIA E JUSTIÇA

São Paulo, 2008

QUEBRANDO O SILÊNCIO:
MEMÓRIA, CIDADANIA E JUSTIÇA

CRAVI

Copyright© 2008 Centro de Referência e Apoio à Vítima

Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – SJDC

Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey Filho – SECRETÁRIO DA SJDC

Márcia Amadeu Heleno – SUPERVISORA GERAL DO CRAVI

Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI

Cristiane Grilanda Pereira e José Eduardo Assunção Azevedo – COORDENADORES

Elaboração e Execução do Projeto

Adriana Massocato de Oliveira

Karina Pierrobon Caritá

Maria de Lourdes Gurian Ernesto

Capa e projeto gráfico

Ricardo Siqueira

Impressão e acabamento

????

Equipe CRAVI 2006

Fabrcio Toledo de Souza – COORDENADOR

Mariana de Salles Oliveira – COORDENADORA DA PARCERIA INSTITUTO THERAPON ADOLESCÊNCIA

Maria Madalena de Araujo Mello – ADMINISTRATIVO

EQUIPE TÉCNICA

Adriana Massocato de Oliveira, Ariane Carolino de Pádua, Eliane Schutt de Almeida,

Karina Pierrobon Caritá, Luciana Albuquerque Venezian, Maria de Lourdes Gurian

Ernesto, Nana Correa Navarro, Pedro Tavares Antunes, Raquel Roitman, Regiane

Aparecida de Oliveira e Shiguelo Kuwahara

Equipe CRAVI 2008

Márcia Amadeu Heleno – Supervisora geral do CRAVI

Cristiane Grilanda Pereira e José Eduardo Assunção Azevedo – COORDENADORES

Claudia Oliveira – ADMINISTRATIVO

Lucilene Firmo – ADMINISTRATIVO

Maria Madalena de Araujo Mello – ADMINISTRATIVO

EQUIPE TÉCNICA

Adriana Massocato de Oliveira, Bruno Cervilieri Fedri, Karina Pierrobon Caritá, Maria

de Lourdes Gurian Ernesto, Matheus Machado Oliveira, Regiane Aparecida de Oliveira,

Siméia Ivo, Tereza Cristina Bersani Ribas e Thiago Martinelli de Vergueiro Lobo

Todos os direitos reservados a

CRAVI - Centro de Referência e Apoio à Vítima

R: Barra Funda, 1032 – Barra Funda cep: 01152000

Tel: 3666.7334 / 3666.7778

Email: cravi@justica.sp.gov.br

É com orgulho que entregamos à sociedade este livro de cidadania. O título Quebrando o Silêncio: Memória, Cidadania e Justiça já dá os indícios do que se apresenta. A obra reúne testemunhos da trajetória de reconstrução de uma vida em sociedade, após a perda de um familiar. E mostra-nos o resgate da dignidade humana, mesmo sobre o árido terreno da irreversibilidade.

O livro é prova viva do esforço de superação e reconstrução de uma cidadania ativa, que não se cala nem frente ao que mais lhe dói. Gosto de pensar que os personagens principais iniciaram a jornada de resgate como “usuários” do CRAVI, mas são agora parceiros na luta pelos Direitos Humanos.

Fico também feliz, como Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, ao ver a qualidade dos resultados obtidos por um dos nossos programas em prol do cidadão que busca o amparo do Estado. Em especial, porque o CRAVI realiza um serviço delicado e sigiloso. Faz uma espécie de “restauração” com pessoas que sofreram indiretamente as conseqüências do crime contra a vida e seguiram caminhando com as marcas dessa violência e as dores da perda de um ente querido.

Luiz Antonio Marrey
Secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania

AGRADECIMENTOS

Às professoras Isaura Isoldi e Luzia Baierl, coordenadoras do Núcleo de Violência, da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, que contribuíram de forma instigante, construindo uma ponte com o conhecimento universitário;

À instituição Santos Mártires, especialmente a Léa e Pe. Jaime, que recebeu os participantes do Grupo de Cidadania, acolhendo e incentivando idéias;

A Ricardo Siqueira pelo trabalho de diagramação do livro realizado com muita atenção e cuidado.

APRESENTAÇÃO

O CRAVI é um programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Em 2006, ano no qual foi realizado este grupo, o CRAVI também tinha como parceiros o Instituto Therapon Adolescência e a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social.

O CRAVI tem como missão: ser referência para ações e políticas públicas que visem superar os ciclos de violência e promover o reconhecimento, cidadania e acesso aos direitos de vítimas de crimes contra a vida, violência doméstica e sexual e oferece atendimento público interdisciplinar psicológico, jurídico e social. Em 2007 a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania inaugurou uma nova unidade do CRAVI no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães.

Como instituição que promove os Direitos Humanos o CRAVI considera o fato violento em sua dimensão pública, articulando à política, escutando e legitimando falas que, normalmente são relegadas a espaços privados. Com isto pretende-se que as vítimas acessem seus direitos no sentido de exercer sua cidadania e protagonismo social e que suas falas tenham valor de testemunho que, segundo Endo (2005) “são parte do conhecimento imprescindível nesse processo de reconhecimento e compreensão das violências, uma vez que sem eles corre-se o risco de produzir reflexões e ações genéricas, preconcebidas e mais violentas”¹.

Diante de inúmeras violações de direitos e o fato disso ser uma constante nas falas dos usuários, o CRAVI propõe mais um dispositivo que busca pensar e repensar o lugar ocupado socialmente pelas vítimas, considerando o ocorrido como ato violento que afeta laços e contratos sociais de forma a dificultar ou até mesmo inviabilizar o exercício da cidadania e o protagonismo social.

¹ ENDO, P. C. (2005). *Violência no coração da cidade. Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

Esse dispositivo recebeu o nome de Grupo de Cidadania e foi realizado pela primeira vez no ano de 2006.

UM CONVITE A UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Os casos de homicídios totalizam 90% da demanda atendida no CRAVI. Os sujeitos que procuram a instituição são principalmente mulheres – mães e companheiras da vítima direta² – que têm entre 30 e 60 anos, residentes nos distritos periféricos das zonas sul e leste da cidade de São Paulo. Segundo o Atlas da exclusão social no Brasil, estes distritos apresentam índices preocupantes em relação ao contexto social, compreendendo: exclusão social, pobreza, emprego formal, desigualdade social, alfabetização, escolaridade, juventude e violência (Poschmann, 2003)³.

Estamos falando de uma população residente em locais onde os equipamentos públicos são escassos ou inexistentes, ou seja, muitas vezes desprovidos de meios para acessar seus direitos sociais, dificultando o exercício da cidadania.

A população atendida no CRAVI experimentou a violação de direitos de diversas formas. A partir deste recorte o norteador principal do trabalho do grupo de cidadania foi provocar o sujeito a refletir criticamente sobre sua realidade expressa em sua história e em seu território.

Utilizamos o conceito de Soares⁴ (2000) sobre *violência simbólica, branca, ideológica*, que é resultado do sistema econômico e político vigente que perpassa todas as relações sociais, produzindo a desigualdade social e, conseqüentemente, a exclusão, como por exemplo, o desemprego, a corrupção, a falta de direitos básicos garantidos por lei etc.

Essa modalidade de violência é institucionalizada e muitas vezes impune, causando na população um sentimento de impotência e descrédito nas instituições públicas; influenciando o pleno exercício da cidadania.

Este tipo de violência aparece nas falas dos usuários do CRAVI, ao relatarem seu cotidiano, nas relações sociais que estabelecem e, particularmente, quando falam sobre a trajetória vivida após o acontecimento do fato violento: os “maus-tratos” que recebem quando chegam às delegacias, o descaso com que são recebidos no IML, a falta de acesso aos procedimentos do Judiciário, entre outros.

² Denominamos “vítimas diretas” os cidadãos que sofreram diretamente o ato violento como homicídio, latrocínio, ameaça contra a vida, violência sexual e doméstica. “Vítimas indiretas” consideramos os familiares.

³ POSCHMANN, M. Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2: Dinâmica e Manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

⁴ SOARES, L. E. *Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência*. In: Carlos Alberto Messeder Pereira, (et al.). (Orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

As várias violências sofridas pelos sujeitos nos remetem à análise que Oliveira e Pavez (2003) fazem sobre o pensamento de Agamben – e sua discussão sobre o *homo sacer*. “A figura do *homo sacer* é aquela da exclusão, aquela a quem a lei nem atinge, tratando-a apenas como objeto de aniquilação, de extermínio. A vida perde seu caráter de sagrada para todos, e uma grande parcela da população recebe o atributo de *homo sacer*”⁵.

Nos atendimentos realizados no CRAVI identificamos relatos dos usuários que nos remetem a essa análise. Mata-se por qualquer coisa, mata-se por nada, mata-se sem motivo. Os familiares se angustiam ao tentar entender esse ato violento e que lugar seu ente perdido ocupou no enredo do homicídio. Observamos muitas vezes que mesmo após receberem informações relativas ao processo criminal – e obterem uma resposta referente a concretude dos fatos – muitos familiares se lançam num processo de busca por uma solução que aplaque a angústia. Quando os familiares percebem que não há respostas ou soluções únicas e/ou definitivas abre-se a possibilidade de trabalho com a temática luto e elaboração e questionamentos sobre essa falta.

A partir das demandas identificadas nos atendimentos, pensou-se num novo dispositivo que as considerasse institucionalmente, no sentido de convidar o usuário a um exercício da cidadania e um protagonismo social.

Para a efetivação de tal dispositivo os profissionais da instituição entenderam que o Serviço Social e a Psicologia teriam contribuições a fazer. Formou-se então, de forma interdisciplinar um grupo de trabalho que tinha como objetivo pensar numa metodologia, como operacionalizá-la e conceituá-la, para então efetivar esse dispositivo.

Após algumas reuniões este grupo de trabalho entendeu que precisava aprofundar alguns conceitos a serem trabalhados: violência e cidadania; protagonismo social; visão de sujeito; interdisciplinaridade e construção de espaços de trocas.

DA TEORIA À PRÁTICA

Baseado nas reflexões acima apresentadas e na promoção dos Direitos Humanos e da cidadania foi feito um convite para uma vivência coletiva e cidadã considerando posições singulares que, no espaço grupal, reuniria diferentes saberes agregando ao saber proposto pelos profissionais

⁵ OLIVEIRA, I. I. M. e PAVEZ, G. A. (2003). *Guia de recomendações metodológicas para atenção aos familiares de vítimas fatais*. Disponível na Intranet do CRAVI.

o saber dos participantes do grupo, valorizando as perspectivas culturais e territoriais do sujeito. Isto posto, o objetivo foi promover a discussão e construção de um caminho possível para ultrapassar a noção de cidadania tutelada e individualizada em direção a uma cidadania participativa, emancipatória e coletiva.

O grupo foi composto por três coordenadoras (duas psicólogas e uma assistente social) e por nove participantes, que perderam filhos, maridos ou outros familiares.

Para realização deste grupo foi indispensável pensar o espaço grupal como um campo atravessado por fatores múltiplos: singularidades, momento institucional, momento sócio-histórico, expectativas, vulnerabilidade social, posições subjetivas, entre outros. O objetivo era promover responsabilização pela articulação destes múltiplos fatores de forma a consolidar recursos para a passagem de uma cidadania tutelada para uma cidadania ativa.

Neste sentido optamos trabalhar com a abordagem dos grupos operativos que, “com suas propostas de “aprender a pensar”, “romper estereótipos”, “elaborar as ansiedades ante a mudança”, criaram condições para que as palavras e corpos sufocados nas hierarquias instituídas pudessem se pôr em movimento, ligar-se a outras formas sociais, criar novos sentidos para as práticas coletivas” (Fernández, 2006)⁶.

Cada módulo contemplou um objetivo e uma etapa de desenvolvimento do grupo, sendo que o primeiro módulo teve como objetivo a apresentação dos sujeitos e de seu percurso nas instituições e no CRAVI, a formação de um contrato de grupo, a abordagem e reflexão sobre os desejos individuais e coletivos, a introdução da discussão do conceito de cidadania e a escolha do grupo por temas relacionados aos desejos coletivos. O segundo módulo contemplou as escolhas do grupo por temas e as formas destes temas serem trabalhados (dentro e fora do CRAVI). O terceiro módulo abordou o fechamento do processo grupal e a construção do produto, o livro de cidadania.

A proposta de trabalho também contemplou tarefas como leitura de textos, vídeos, músicas⁷, dinâmicas e técnicas específicas da psicologia como facilitadores para uma aproximação com os conceitos utilizados neste trabalho; os conceitos foram introduzidos pela coordenação e apresentados ao grupo no sentido de criar discussões e críticas, num espaço democrático. O objetivo era viabilizar um

⁶ FERNÁNDEZ, A. M. *O campo grupal: notas para uma genealogia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁷ Catalogados no final do livro.

caminho de escolhas, aliado à possibilidade de vivenciar um protagonismo, que teve início na própria configuração grupal, desdobrou-se em seu desenvolvimento no espaço externo na forma de visita a uma instituição e finalizou-se com a produção de um livro.

Esta construção representou para este grupo, um objeto com a função de contar histórias reais a fim de sensibilizar e propor para pensar a violência e a violação de direitos, do ângulo de quem a vivenciou⁸. Na avaliação feita pelas coordenadoras este livro, que reconhece pública e socialmente os efeitos da violência vivenciada, foi entendido como um produto capaz de contribuir na sublimação individual e coletiva para a *não-resposta* diante do ato violento que produz sofrimento.

Um livro contado pelos próprios usuários do grupo de cidadania dentro de um Centro de Referência e Apoio à Vítima dentro da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. Cidadãos que se apresentam ainda através da perda violenta que sofreram, mas de forma diferente; mais fortalecidos em sua coletividade e mais responsáveis em suas relações sociais. A queixa individual tornou-se demanda e esta, uma questão coletiva, pois foi escutada, problematizada e legitimada dentro do contexto grupal e social.

Apreendemos que, o livro para os integrantes do grupo, simboliza o desejo de que suas histórias⁹ não sejam esquecidas, que suas vozes sejam escutadas e reconhecidas pela sociedade, seus familiares não sejam somente números ou estatísticas e falam:

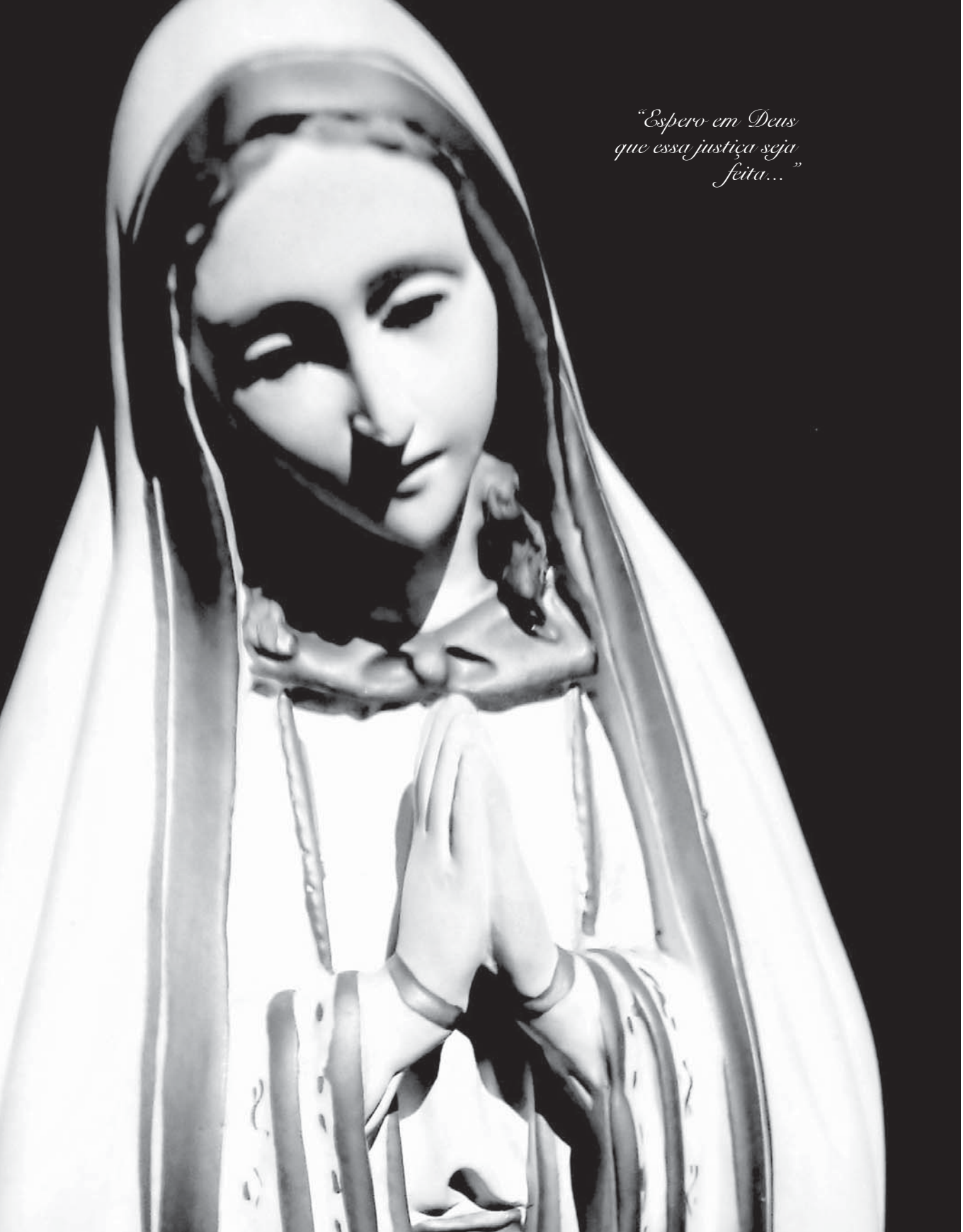
“Há, neste livro, os relatos de famílias que sofreram com a perda de seus filhos, filhas e maridos. Todos têm em comum o desejo de justiça e buscam, nos encontros do Grupo de Cidadania do CRAVI, uma resposta para seus sofrimentos. Encontramos espaço para falar e ouvir, desabafar, aprender a lidar com os sentimentos, amparo, saídas para os problemas, orientações e desejos de dias melhores. Recebemos orientações sobre cidadania. Tudo isso contribuiu para dar força, esperança, qualidade de vida, ter otimismo, caminhar sem medo e ser cidadão”¹⁰.

⁸ As coordenadoras revisaram ortograficamente os textos a pedido dos participantes.

⁹ Essas histórias são contadas a seguir, preservando as estruturas originais dos relatos escritos pelos participantes.

¹⁰ Texto produzido pelos participantes do grupo.

*"Espero em Deus
que essa justiça seja
feita..."*



“RELATO DE UMA DOR DE UMA MÃE QUE PERDEU SEU FILHO”

“Meu nome é Elisete Neves de Melo, moro na zona leste e venho por meio destas linhas, expressar os meus sentimentos de tristeza e revolta.

No dia 16 de maio de 2006, às 21:40, o meu filho, que conversava com os colegas, saiu para ir na casa de outro colega que morava perto. No entanto, ele nem chegou perto da casa do colega, porque foi abordado por 3 policiais militares e acabou sendo morto com 4 perfurações de balas.

Desde esse dia, o meu sofrimento só aumentou, porque procuro justiça e não tenho nenhuma resposta positiva.


No momento estou fazendo terapia no Cravi que foi indicado pela C.M.D.H. (*Comissão Municipal de Direitos Humanos*). Estou recebendo ajuda num grupo de cidadania e num grupo de psicoterapia.

Eu continuo a minha vida esperando que seja feita justiça para que eu possa confiar na mesma.

Quem comete violência tem que ser punido de uma forma ou de outra.

Espero em Deus que essa justiça seja feita enquanto antes para que eu possa, pelo menos, “tentar” ser feliz.

Elisete Neves de Melo

A black and white photograph of a weathered wooden door. The door is made of dark wood with a grid pattern of panels. The paint is heavily peeling and cracked, revealing the underlying wood. A metal latch is visible on the right side of the door. The overall appearance is one of age and decay.

*"Eu tenho fé em
Deus que conseguirei
uma casa..."*

...o sonho se foi...."

“SAUDADE SEM FIM”

“Desde junho de 95, quando conheci o Alan, minha vida mudou. Com ele vivi muitos momentos que só nós sabemos. Momentos bons e ruins também, pelo qual nunca esquecerei.

Dessa relação nasceu a Thayná.

Tive muitos sonhos com eles e um deles, quem sabe até o principal, foi viver em uma casa simples mas bonita e ter tudo de bom que a vida poderia nos dar.

Eu passava às vezes a noite inteira sonhando com isso. Eu ficava fazendo receitas que eu iria fazer para ele e para Thayná. Era um sonho simples para muitos, até comum, mas era o “meu sonho”.

Todos temos o direito de sonhar, mas o meu sonho eu sei que nunca mais se realizará por completo, pois uma das pessoas mais importantes desse sonho não está mais aqui comigo.

Esse sonho para mim não tem mais sentido. Agora não é mais sonho e sim obrigações.

Flávia Regina. Eu tenho fé em Deus que conseguirei uma casa para Thayná, como disse, é “obrigação”.

*“... meu filho desaparece
sem nenhum sinal...”*



“DRAMA DE UMA FAMÍLIA”

“Mês de maio, mês das noivas, dia das mães, mês de Maria, mãe de Jesus, deveria ser só alegria, mas se tornou o mês mais triste da minha vida, da minha esposa e filha, e as demais famílias que tiveram seus filhos e filhas, tragicamente mortos, deixando para trás planos e desejos prematuramente consumidos pelos atos de covardia de pessoas que se julgam no direito de tirar a vida de seus semelhantes sem nenhum julgamento. Nem a pena de morte é executada nos países do primeiro mundo sem um julgamento.

Há 8 anos atrás, perdi uma filha vítima da violência e até hoje não foi encontrado o culpado. Só Deus sabe a dor que eu e minha família sofremos, e, agora, neste fatídico mês de Maio, meu filho desaparece sem nenhum sinal: nem se está vivo ou morto.

Passa em minha lembrança um filme que mostra os momentos que eu e minha esposa o visitávamos no semi-aberto, sua alegria, seus planos para quando tivesse sua liberdade, começasse uma vida nova. Enfim ele saiu daquele triste lugar muito contente. Fui buscá-lo e começava uma nova vida; mesmo estando em condicional ele se mostrava otimista.

Apesar das dificuldades que se encontrava, ele trabalhava sempre alegre, vendendo águas e refrigerantes em locais esportivos; mas enfim, neste fatídico mês de Maio seus planos foram bloqueados, deixando em nós um vazio imenso, pois só quem é pai ou mãe, que vê seus filhos sendo gerados, crescendo, correndo pela casa, muitos planos são feitos, tudo de bom a gente sonha, até que um dia, o próprio mundo que nos concedeu a graça de ter filhos se encarrega de levá-los da gente.

Hoje, tento entender o que houve, junto com outras famílias que também perderam seus filhos tragicamente mortos naquela noite do mês de Maio, e, em reunião, vamos adquirindo forças para continuar lutando juntos; mas um vazio sempre irá nos acompanhar.

Até quando vai durar esta impunidade, esta desigualdade social? Sei que é difícil combatê-las, mas é preciso que se faça algo para alertar nossos governantes para que nossos jovens tenham um futuro mais longo e promissor.

As famílias que participam dos encontros no Cravi buscam apoio para seus problemas: diversos casos envolvendo violência, sede de Justiça e paz. As famílias chegam aqui angustiadas e sem esperança e são ouvidas em grupo contando seus dramas e desejos, sempre acompanhadas por assistente sociais e psicólogas. Através da convivência em reuniões nos tornamos mais otimistas, tendo assim uma nova visão para continuar vivendo.”

Francisco Gomes



*“...Fui buscá-lo e
começava uma nova vida...”*



*“Antes dessa tragédia
minha família era feliz.
Hoje, mal conseguimos
sobreviver.”*

“A DOR DE UMA SAUDADE”

“Eu, Ivone, mais uma vítima da violência”

“Senti na pele a dor e a perda, pois fazem 9 anos que sinto esta dor.

Meu filho tinha só 18 anos, quando em uma 6ª feira foi buscar sua namorada no serviço, quando foi abordado por 3 bandidos. Eles lhe pediram a chave do carro, ele entregou, mas os bandidos não conseguiram ligar o carro. Dispararam, então, 6 tiros, sendo que 3 pegaram no meu filho, que morreu na hora.

Hoje estou muito triste, nem sei e nem tenho forças para descrever; só sei dizer que a dor é tão grande que às vezes eu acho que não vou suportar. Tomo remédio pra dormir.

Voltei a estudar. Um dia, na escola, eu passei mal; foi quando conheci uma mulher que é filha da zeladora da escola e ela me falou do Cravi. Eu aceitei e estou participando. Não estou bem, mas pelo menos conheci várias pessoas que passaram pela mesma violência que eu.”

Ivone

A VIOLÊNCIA

“Hoje em dia a violência no Brasil é uma coisa triste. Eu posso falar, pois sofri e sofro até hoje as conseqüências da violência.

Faz 8 anos que mataram meu filho. Ele tinha só 18 anos e 3 bandidos pediram-lhe a chave do carro; ele entregou, mas eles não ficaram contentes e deram-lhe 6 tiros. Ele morreu e isto me deixou muito triste.

Hoje, não tenho como descrever o quanto meu coração dói. Só com a força de Deus eu tenho conseguido não viver, mas sobreviver. Muitas vezes eu desejei que o tiro fosse no meu coração e não no dele.

Tomo remédio para dormir e voltei a estudar, mas não consegui melhorar. Me dava muitas crises, inclusive soluços, crises forte de choro.

Até que um dia eu estava na escola onde estudo e onde meu filho, André estudou; na secretaria encontraram uma foto de André e eu chorei muito. Então a filha da zeladora perguntou para alguém porque eu estava chorando e falaram o porquê. Como ela trabalha no Cravi, ela me ofereceu ajuda, e eu falei que sim. Ela pegou meu nome, e dias depois, ligaram para mim.

Comecei passando, conversando com uma assistente social e uma psicóloga. Elas são muito legais.

Hoje faço parte de um grupo de cidadania, estou conseguindo uma pouca melhora, mas a dor não passa e a saudade também não.”

Ivone

“Que nome se dá a esta dor?”

*Para um filho que perde a mãe
se dá o nome de órfão de pais.*

*Para mulher que morre o
marido, dá-se o nome de viúva.*

*Eu gostaria de saber que nome
é dado para a dor da mãe
que perde um filho morto por
bandidos.”*

“Até hoje eu quero justiça...”



“SEDE DE JUSTIÇA”

“No ano de 1992, de madrugada, meu filho foi com os colegas na casa de uns amigos participar de uma churrascada.

A polícia entrou na casa, no portão dando voz que era a lei, e, sem mais nem menos atiraram, quando um dos tiros matou meu filho e outros dois rapazes.

Até hoje eu quero justiça sobre o acontecido, pois para um pai perder seu filho na adolescência, prematuramente, é muito triste; é como se tirasse um pedaço da gente.”

J.C.

*“...pretendo dar
para eles o que eu não
tive: estudos...”*



“HISTÓRIA DA MINHA VIDA SOFRIDA”

“Eu, M. A., não tive uma infância boa porque não tive os meus irmãos por perto e fui criada por minha avó, perdi a minha mãe muito cedo e por isso fui trabalhar ainda menina. Agora, depois de adulta é que posso dizer que sou feliz.

Tenho 4 filhos e pretendo dar para eles o que eu não tive: estudos.

Quero que no futuro eles consigam um bom emprego. O meu grande sonho é ter minha casa própria, pois pago aluguel e sofro muito porque não posso dar o melhor para eles.

Meu esposo foi vítima da violência, me deixou com 4 filhos menores. Eu estou em tratamento há 2 anos.

M.A. Não tive direito a nenhuma pensão, não tenho emprego, e, vivo na esperança de um dia melhor.”



*“Hoje eu consigo resolver problemas
e andar com as minhas próprias pernas”*

“Tudo começou no dia 30 de junho de 2004, numa 5ª feira; minha filha foi assassinada pelo próprio marido, na cozinha da casa dela. Ele deu pancadas de martelo na cabeça por trás e foi fatal.

Deste dia em diante nossas vidas mudaram: meu filho Alexandro ficou muito atordoado, ele teve que cuidar de tudo e, eu não tinha condições nem de pensar.

A Kátia era uma menina muito linda e honesta, sempre trabalhou e cuidou de sua própria vida, adorava cuidar de sua casa, de seu filho, e dele também. Aliás, ela cuidava mais dele do que de seu filho. Ele dormia até às 15 horas e depois ia pra casa da mãe dele e só voltava à noite.

Eu e meu filho, sem saber por onde começar fomos ao Fórum Criminal. Lá encontramos por onde começar a fazer justiça. Os promotores arrumaram psicólogas pra mim, meu filho e meu neto. Fomos ao Cravi, onde estamos até hoje. Consegui a guarda do meu neto, entrei em um grupo onde conheci outras pessoas que passaram e passam pelas mesmas coisas.

Hoje eu consigo resolver problemas e andar com as minhas próprias pernas, mas nunca pensei que fosse passar por tudo isso, uma tragédia horrível. Nunca imaginei ter que enterrar uma filha linda e o cara ainda continua solto.

Hoje eu espero justiça e tenho esperança que ele, o assassino de minha filha, vá para a cadeia.”

Maria Nazaré

“DESABAFO DO IRMÃO”

“Dia 30 de junho de 2005, um dia para se esquecer.

Tento esquecer a tragédia do assassinato da minha irmã, afinal uma morte tão terrível prefiro não lembrar!

Tive que cuidar de tudo: da liberação do corpo, do sepultamento, das medidas do caixão. Eu que nunca imaginei fazer essas coisas, andei atrás de tudo, e sempre chorando pelas ruas ou em conduções.

Hoje, sem muito o que fazer eu e minha mãe esperamos pelo julgamento e prisão do assassino que está solto.

Kátia Wroblewski é o nome da minha irmã, que tinha (25) vinte e cinco anos de idade e foi assassinada em seu lar, pelo marido com golpes de martelo na cabeça.”

*Alexandro Wroblewski
Seu único irmão*



*“Antes dele morrer de dea o
último beijo no bebê...”*

“SAUDADE DE ALGUÉM QUE NÃO ME DISSE ADEUS”

“Quando nós nos conhecemos, eu tinha 12 anos. Éramos vizinhos e estudávamos perto, uma escola da outra. Aí ele foi em casa pedir permissão para namorar comigo; entre meus 13 e 14 anos nós casamos. Tivemos nosso primeiro filho; assim que o bebê nasceu começaram as brigas.

Fiquei doente; eu não queria cuidar do bebê, mas não queria abandoná-lo. Eu tinha muita raiva do bebê, por causa dele, nós brigávamos muito. A família dele entrava nas nossas brigas e isso atrapalhava nosso relacionamento.

Algum tempo depois eu engravidei pela segunda vez e continuei na mesma, para completar, o bebê nasceu diferente do outro. Para a família do meu marido o bebê não era filho dele. O primeiro filho era igual ao pai e o segundo já não parecia com o pai, e a família do meu marido não aceitava o bebê por ele ser diferente do pai.

Então começaram as brigas para que meu marido registrasse o bebê. Pra ele registrar eu tive que entrar na Justiça. Aí ele registrou obrigado pela Justiça. A família se revoltou para que a gente se separasse. Nós nos separamos porque eu entrei na Justiça. Depois eu entrei na Justiça para que ele pagasse a pensão para os filhos.

Mesmo separados nós não nos esquecíamos um do outro. Mesmo separados nós nos encontrávamos escondidos da família dele, e nessas escondidinhas fiquei grávida pela 3ª vez. Aí foi outra briga para registrar o bebê e tive que entrar na Justiça outra vez. Aí ele registrou o bebê obrigado pela Justiça.

Decidi vir pra São Paulo e deixei os 3 filhos com a minha mãe. Vim na intenção de tirar ele da minha vida de vez, mas foi impossível esquecê-lo. Um mês depois ele veio pra cá na esperança de me encontrar. Então eu voltei pra Bahia e alguém ligou pra ele falando que eu estava na Bahia.

Aí ele ligou pra mim, me falou muita coisa bonita e falou para mim voltar pra São Paulo. Nós marcamos um encontro e voltamos a morar junto, escondido de todo mundo.

Quando descobriram, eles tentaram nos separar, mas não conseguiram. Um tempo depois eu engravidei pela 4ª vez. Ele não queria outro filho, para ele, outro filho era um pesadelo, mas depois de 4 meses ele acabou aceitando.

Seis meses depois eu fui acidentada por um carro, mas o bebê nasceu saudável. Separamos de novo e passamos 7 meses separados, e depois nós voltamos.

Dois anos depois eu engravidei pela 5ª vez. Essa gravidez foi a melhor de todas, essa gravidez foi a que ele amou mais. Ele mudou muito depois que ele soube que era uma menina, e ficou muito feliz. Um tempo depois eu fiz outro ultra som, deu que era uma menina e meu marido ficou mais feliz ainda, porque era um desejo dele ter uma menina, até o nome da menina ele escolheu.

Depois que o bebê nasceu e ele soube que era menino, ele ficou decepcionado, mas as enfermeiras conversaram muito com ele e depois de alguns dias ele foi aceitando e foi amoroso com o bebê. Mesmo não sendo o que ele queria, ele foi muito carinhoso com o bebê. Ele até queria por o nome do bebê igual o dele, mas ele colocou o nome do bebê com a primeira letra do nome dele, e esse foi o bebê que ele mais amou.

Antes dele morrer ele deu o último beijo no bebê que ele mais amou. Ele mudou muito, as brigas diminuíram muito e a gente estava muito feliz. Infelizmente um trágico acidente aconteceu e ele faleceu. Assim fiquei perdida e triste, sem ter amigo e ninguém para conversar.

Aí eu fugi para a Bahia, mas cheguei lá e fiquei pior e sem saber o que fazer, deixei as crianças com a minha mãe, na Bahia. Oito meses depois, mandei dinheiro para que meus filhos e minha mãe viessem para São Paulo. Encararam a realidade e todos ficaram doentes, sentindo muito a falta dele, principalmente eu. Ele é o único grande amor da minha vida e tudo que restou foi sofrimento.

Eu cheguei no Cravi desanimada e sem vontade de viver. Eu fui muito bem amparada e eles me receberam muito bem. Eles estão me ajudando a superar o trauma, a dor, a saudade do meu grande amor.

Hoje eu me sinto melhor, mas há a saudade de um grande amor perdido, e eu ainda não esqueci o meu grande amor. Tudo que restou foi os meus filhos e o bebê que ele

deu tanto carinho e amor. Hoje ele é carinhoso comigo e eu agradeço a Deus por ter colocado ele no meu caminho.

Mesmo que alguém, que se chama A_R_A_N_ me faz pensar que nem tudo está perdido, os nossos filhos e o fruto do nosso amor. Agradeço a Deus que colocou essa pessoa no meu caminho, ela me ajudou muito a suportar a dor."

Zulmira

FIM.

"Beto, nem a morte fez eu te esquecer... continuo te amando do mesmo jeito"

Zulmira



TRABALHOS DOS PARTICIPANTES

As imagens ao lado foram produzidas no espaço coletivo com a finalidade de representar a história de cada participante do grupo.

Numa amarração entre histórias particulares e historicidade coletiva, os sujeitos expressam, através de seus desenhos o ciclo vivenciado pelas vítimas da violência urbana:



O que cada história particular diz da totalidade do grupo?

Através dos relatos e sua correlação das imagens observamos que algumas delas expressam os sentimentos dos participantes: amor e saudade pelo familiar que perderam, uma criança e a mulher distantes da vítima assassinada; o desenho da balança simbolizando o sentimento por Justiça, já que a vivência e as falas estão sempre remetidas à desigualdade social e às violências: urbana e institucional.

Portanto é apresentado pelo grupo seu desejo em deixar registrada a cena violenta e também seus desdobramentos – psíquicos, sociais, jurídicos, políticos e históricos – que são silenciados.



01



02



03



04



05



06



07



08

O painel ao lado retrata os participantes do livro e seus familiares que sofreram a violência. Segue abaixo legenda das imagens:

01 – Filho de Elisete Neves de Melo

02 – Flávia

03 – “Essa é a dor de uma saudade” - Ivone

04, 06 e 08 – Mãe e filha – Maria Nazaré e Kátia

05 – “Deus te abençoe onde você estiver” – Francisco Gomes

07 – Zulmira

PARCEIROS NOS DIREITOS HUMANOS

Para finalizar este livro nós, equipe técnica do CRAVI, gostaríamos de trazer algumas reflexões e apontamentos de mudanças que conseguimos apreender após a experiência com este Grupo de Cidadania. São apenas alguns recortes das conquistas destes cidadãos, efeito da assistência e apoio oferecidos pelo CRAVI enquanto política pública de implementação e garantia do Artigo 245 da Constituição Federal da República.

O CRAVI, programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, realiza suas intervenções voltado sempre para a garantia dos Direitos Humanos, na promoção do exercício de cidadania e do acesso à Justiça. Neste sentido, esperamos que alguns recortes dos relatos dos usuários participantes deste grupo, extraídos do prontuário e dos encontros posteriores (que visavam avaliar os efeitos posteriores ao término do grupo e arquitetar o lançamento deste livro), possam enriquecer com sentido o valor de documento desta publicação.

A partir destes discursos compilados entendemos ser possível afirmar que este livro é prova cabal de uma passagem: de uma posição cristalizada de vítima, na qual os posicionamentos de queixa, marcadamente passivos, silenciados e dependentes, para a assunção de um lugar de retomada do exercício de cidadania, na qual se vislumbra claramente uma posição de autores de ações que levam e levarão ao laço-social o debate sobre as violações e a garantia de direitos.

Testemunhamos aqui no CRAVI o nascimento de novos parceiros na luta pelos Direitos Humanos e este livro estende tal testemunho para todos aqueles que o puderem ler: sim, agora você, leitor, também é uma testemunha desta passagem tão importante! No começo nos deparávamos com queixas e pedidos por justiça desimplicados da realização desta, ou seja, pedidos por uma Justiça distante em relação à qual nada se sabia. Posteriormente encontramos cidadãos que auxiliam a realização de justiça em diferentes âmbitos, participantes, implicados, enfim engajados nos

movimentos de mudança social que visam ultrapassar a nefasta violência urbana de nosso tempo. De uma noção comum para o grupo de que cidadania era privilégio, na qual o direito era entendido como benefício individual, passou-se a uma noção de cidadania como participação pública, com um entendimento do campo dos direitos como referência para uma vida em sociedade.

O crédito por estas mudanças não se deve apenas ao Grupo de Cidadania: estes cidadãos receberam também o apoio de outros dispositivos do CRAVI, além de acessarem outras redes de serviços públicos. Por exemplo, estes nove usuários autores do Livro receberam orientação jurídica, oito deles foram atendidos pela psicologia e seis pelo serviço social no CRAVI. Todo este investimento do Estado nestas vítimas trouxe resultados que ultrapassaram em muito nossas expectativas. Por isso, é com imensa alegria que trazemos agora os recortes de três diferentes momentos: em primeiro, as falas do período de chegada ao Grupo de Cidadania; em segundo, as falas produzidas durante este dispositivo; e em terceiro, os depoimentos trazidos no encontro de avaliação dois anos após o término dos trabalhos no CRAVI.

1º MOMENTO:

Neste início de grupo as faltas eram frequentes, não havia muita implicação em relação às tarefas propostas, havia muita desconfiança entre os participantes do grupo que tinham dificuldades em colocar suas opiniões e falar sobre a perda e o sofrimento causado por esta. A posição inicial do grupo era de que a violência era um problema individual, portanto de responsabilidade de cada um, em âmbito privado, conforme as seguintes frases:

“A dor, às vezes é tanta que a pessoa nem sente vontade de falar.”

“Lá fora todo mundo é individualista. Aqui é diferente. Todo mundo têm o mesmo problema. Lá fora você fala com as pessoas e quando você vira as costas elas te apontam e dizem que o que aconteceu é culpa dos próprios pais que não cuidaram direito dos filhos.”

Percebíamos uma expectativa do grupo para que houvesse direcionamentos e resoluções em relação as suas queixas, o que contrapunha a direção do trabalho que era de uma construção coletiva e compartilhamento de saberes.

O grupo apresentava um sentimento de revolta pelo acontecido, porém pareciam não saber o que fazer ou como lidar com esse sentimento. Expressavam seu desejo por justiça, no entanto, quando aprofundávamos o sentido disto, o que se revelava, muitas vezes, eram sentimentos de violência e vingança.

A noção de cidadania que era relatada tinha conotação de tutela, de direitos “consumíveis”, alienada à noção de participação na construção desses direitos e de deveres na esfera pública.

No final deste primeiro momento os participantes passam a ter interesse pelo outro, num movimento de apropriação de suas próprias questões e do grupo, facilitando assim uma *grupalidade* e uma implicação coletiva, tanto em relação ao grupo como à família, bairro e sociedade.

2º MOMENTO:

O segundo momento foi marcado pela preocupação do grupo de um em relação ao outro, indicando a construção de um laço de co-responsabilização através de colaboração e participação.

Durante o processo do grupo alguns participantes foram realizando articulações com outras instituições e pessoas militantes na área dos Direitos Humanos, também se envolvendo em manifestações e eventos ligados à temática da violência, promovendo assim o exercício da cidadania.

Pudemos perceber a mobilização do grupo em direção à resolução coletiva dos problemas, primeiramente os do próprio grupo e posteriormente se desdobrando para ações no bairro e em outros espaços de participação coletiva, como escolas, associações de bairro etc.

As trocas de experiências tornaram-se mais constantes, desde fazerem o trajeto para casa juntos até a troca de informações relacionadas ao acesso à Justiça, ao funcionamento do Judiciário, o contato com o Ministério Público – outro parceiro fundamental na garantia de direitos.

Além disso, após visita em instituição que promove fóruns de discussão sobre a violência, surgiu o desejo do grupo pela criação de um espaço de mobilização popular em sua região de moradia.

Percebemos também o movimento de alguns participantes em relação ao seu próprio bairro, no sentido de

descobrir os recursos e equipamentos públicos e o acesso pertinente em relação a estes.

Vimos, ainda, que alguns integrantes realizaram movimentos visando à promoção de direitos. Uma das participantes realizou uma peça de teatro sobre violência doméstica na escola de seu bairro.

No entanto, frente a muitas questões trazidas para o espaço grupal – em relação à revolta, ao sem-sentido da violência sofrida – o grupo ficou sem resposta e aparentemente imobilizado. A saída construída frente a isso foi a produção de um livro que desse sentido para os relatos, sentimentos e ações dos participantes, em direção a um fazer coletivo que colaborasse para o rompimento de silenciamento.

“Depois que comecei a freqüentar este grupo, eu participei de várias coisas.”

“Se uma cidade pequena se reunir vai ser como nosso grupo, isto que estamos fazendo aqui. Se juntar para fazer alguma coisa.”

“Eu me sinto renovada quando venho aqui.”

“Não adianta contar só minha história. Eu tenho que dizer o que eu quero, que é justiça, senão a pessoa vai ler o livro e dizer: tadinha, como dói.”

3º MOMENTO:

Em 2008, os participantes do grupo voltaram a se reunir para discutir o processo de finalização do livro e pudemos ouvir deles a avaliação que fizeram em relação aos desdobramentos do Grupo de Cidadania em suas vidas.

Um dos participantes é, atualmente, membro do Conselho Gestor da Saúde de seu bairro, tornando-se um multiplicador de informações e ações. Este parceiro na luta pelos Direitos Humanos consolidou um lugar de referência para o endereçamento de queixas dos moradores do bairro, que muitas vezes não se mobilizam para promover melhorias no sistema de saúde. Um militante enfrenta muitas vezes a falta de colaboração daqueles que estão à sua volta. É realmente difícil mobilizar as pessoas, mas temos que manter a aposta na co-responsabilização por um futuro melhor.

Outra participante realiza encontros com jovens da escola onde há lugar para se conversar sobre o uso de drogas

e suas conseqüências. Tal grupo de trabalho possibilita troca e apoio.

Podemos perceber após dois anos de realização dos encontros que os questionamentos e movimentos de cidadania do grupo se consolidaram. Os integrantes continuaram sua caminhada.

“Se fosse neste momento, eu escreveria outro relato.”

Nossos novos parceiros mantiveram firme os posicionamentos que possibilitam a si próprios novos aprendizados e novas formas de comunicação, troca e realização.

O que extraímos de toda esta experiência é que vale manter a aposta nas mudanças e na melhoria das condições gerais de sociabilidade. Os Direitos Humanos só serão plenamente estabelecidos quando cidadãos e Estado estiverem lado-a-lado no esforço de tratamento igualitário e justo para todos.

MATERIAIS UTILIZADOS COMO FACILITADORES

Artigos

- PINSKY, J. O Brasil tem jeito? In: PINSKY, J., ELUF, L. N. *Brasileiro(a) é assim mesmo – Cidadania e Preconceito*
- DALLARI, D. A. *Viver em Sociedade*, São Paulo: Editora Moderna, 1985.

Música

- ANTUNES, A., BRITO, S., FROMER, M. *Comida*, álbum “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”, 1987

BIBLIOGRAFIA

(Utilizada no primeiro projeto do Grupo de Cidadania 2006)

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FRAGA, Paulo Denisar. *Violência: Forma de dilaceramento do ser social*. Revista Quadrimestral de serviço social, ano XXIII, nº70, ed. Cortez, São Paulo, SP, julho de 2002.
- OLIVEIRA, Isaura I. de Melo e PAVEZ, Graziela A. *Guia de recomendações metodológicas para atenção aos familiares de vítimas fatais*.
- SOARES, Luiz E. *Linguagens: uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência*.

Agradecemos às imagens fornecidas pelo site www.sxc.hu

- Página 12: ID 680470 - Praying
Página 14: ID 761173 - Old and worn out wooden shuttery
Página 16: ID 286981 - Barbed wire
Página 19: ID 628784 - Fly away
Página 20: ID 752267 - Bed of roses
Página 24: ID 460840 - Angel
Página 26: ID 671339 - Flipping Pages 2
Página 28: ID 259596 - Old woman walking
Página 30: ID 733281 - Pregnant Heart

Este livro foi impresso em Offset 90g/m².
Utilizando tipografia Optimal, corpo
10pt, para a composição da diagramação